

The background of the cover is a historical map of the Atlantic Ocean, showing a grid of latitude and longitude lines. Several sailing ships are depicted in the upper left quadrant. A dark blue rectangular box with a white border is centered on the map, containing the title and subtitle. The map includes various geographical labels in Portuguese, such as 'CAP. DE LOS ILHEOS', 'CAPITANIA DE PORTO SEGVRO', and 'CAP. DE SPIRITV SANCTO'.

Lúcia Granja e Tania de Luca (org.)

SUPORTES E MEDIADORES

A circulação transatlântica dos impressos
(1789-1914)

EDITORA
UNICAMP

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

SU76 Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914) / organização: Lúcia Granja e Tania Regina de Luca. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2018.

1. Livrarias – História. 2. Editores e edição. 3. Produção cultural. 4. Editoras e globalização. I. Granja, Lúcia. II. Luca, Tania Regina de.

CDD - 070.9
- 070.52
- 306
- 070.5

ISBN 978-85-268-1465-3

Copyright © Lúcia Granja e Tania Regina de Luca (org.)
Copyright © 2018 by Editora da Unicamp

Esta publicação conta com o apoio da Fapesp (processo n. 2018/06875-2)

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

OS INTELLECTUAIS E A CULTURA
DEMOCRÁTICA:
A VIDA PORTUGUESA (1912-1915)¹

Adelaide Machado

INTRODUÇÃO

A Vida Portuguesa,² boletim da “Renascença Portuguesa”, surgiu para seguir mais de perto e divulgar as iniciativas daquele Movimento intelectual, bem como, a partir dessa posição, inquirir e participar criticamente no desenrolar da vida nacional.

A “Renascença”, enquanto sociedade, teve o seu início em janeiro de 1912. Nunca foi oficialmente assumido o fim do Movimento, mas o seu órgão, a revista *A Águia*, lançou o seu último número em junho de 1932, data que podemos apontar como o fim da “Renascença Portuguesa”.³

1 Estudo feito no âmbito do projeto “A circulação transatlântica dos impressos – A globalização da cultura no século XIX (1789-1914)”.

2 *A Vida Portuguesa: Quinzenário de inquérito à vida nacional (1912-1915)* a partir do n. 17 passou a ser *Vida Portuguesa: Boletim de inquérito à vida nacional*. Do n. 25 ao n. 39 assume-se como mensal (39 números de 31 de outubro de 1912 a novembro de 1915). A paginação contínua de número para número ao longo de 1912 e 1913 recomeça em 1914 e segue até o fim da revista em 1915. Jaime Cortesão (1884-1960), médico, político, escritor, foi o diretor da publicação; Álvaro Pinto (1889-1957), jornalista, editor, foi o secretário e o administrador; José António Costa Júnior (1872-1931), médico e político, foi o editor até o final de 1913; seguindo-se no cargo, até 1915, António Vieira, médico (?-?).

3 Machado, 2011, pp. 215-230. Sobre a “Renascença Portuguesa”, ver Santos, 1990, e Samuel, 1990.

A vanguarda intelectual, das mais diversas áreas e latitudes, encontrou ali espaço para divulgar a obra literária, os estudos, teorias e críticas. As polêmicas da “Renascença Portuguesa” aconteceram principalmente no espaço aberto pelas suas revistas – *A Águia* (1910-1932) e *A Vida Portuguesa* – nas mais diversas áreas, desde a literatura, a filosofia, a história, as artes e a economia, às novas ciências sociais e humanas como a antropologia, a psicanálise, a filologia e linguística, a pedagogia.

Em defesa do novo enquadramento político-social republicano e democrático, essa enumeração de saberes conquistou audiência pela via da novidade transdisciplinar, isto é, traduziu-se na procura de novas formas de conhecer, pela compreensão e a interpretação do todo, como instrumento ou ferramenta de aplicação e interligação inteligente dos saberes particulares, ao que não foram alheios o conhecimento dos passos dados pela física, a biologia, a matemática, a psicologia, a psicanálise ou a pedagogia coevas.

A divulgação de temas e teorias de vanguarda acompanhava a crítica como forma autônoma de apreciação e validação da obra intelectual e política, que foi outro dos aspectos importantes desenvolvidos pelas publicações, desde a recensão à divulgação crítica de acontecimentos editoriais, culturais ou pedagógicos, dentro e fora do país – sempre com especial destaque para o Brasil, onde foi criado um comitê dirigido pelo escritor brasileiro Costa Macedo⁴ –, permitindo aumentar qualitativamente o horizonte de intervenção da publicação. O conjunto de autorias, temáticas e conceitos foi completado por uma geografia alargada de produção intelectual que muito contribuiu para o sucesso e a perenidade do Movimento.

4 Fundado no Rio de Janeiro em 1912, tinha a sua sede na rua Áurea, 93.

QUADRO 1

<i>A VIDA PORTUGUESA (1912-1915)</i>	
Números da revista	39
Artigos	291
Autores singulares de artigos	67
Autores coletivos de artigos	1
Autores singulares (autores de artigos + citados + autores de obras citadas)	802
Autores coletivos (autores de artigos + citados + autores de obras citadas):	130
Assuntos	888
Conceitos	512
Geográficos (países, cidades, regiões)	71
Obras	291

QUADRO 1 – Levantamento analítico de *A Vida Portuguesa* que efetuei no âmbito do projeto "Revistas, Ideias e Cultura" do Seminário Livre de História das Ideias/Cham (Center of Global History) da UNL.

A partir desses pressupostos, a mensagem cultural e política que convém reter fundamentava-se numa ideia de liberdade e na forma do seu aperfeiçoamento: o espaço sempre ativo da democracia. A missão desinteressada de uma elite intelectual, que era preciso mobilizar e a cujos saberes urgia dar sentido através do exemplo da ação concreta e da partilha alargada, implicava uma nova definição, quer de intelectual, quer de político.⁵ Foi por esse lado que o Movimento e as revistas entraram, e como consequência natural se deram: a criação de universidades populares, a elaboração de comissões de inquérito e estudo sobre a sociedade e a produção programática de atualização constante, de conferências e manifestos sobre assuntos científicos e de atualidade cultural e política, bem como uma política autónoma de edição e proteção de novos autores. Daí decorrente, a fidelização

5 Machado, 1999, pp. 13-22.

de um público cada vez mais alargado e preparado para o debate crítico construtivo levou Jaime Cortesão a afirmar logo nos primeiros números do Boletim: “Por agora queremos ainda constatar esta observação consoladora: é que o nosso público começa a adquirir o espírito de tolerância pelas opiniões alheias, que tão necessário e próprio é nas criaturas que sinceramente procuram a verdade”.⁶

O início da publicação de *A Vida Portuguesa* foi decidido em reunião da “Renascença Portuguesa” em 2 de junho de 1912. Logo no editorial do primeiro número explicava-se que

[...] se encetaria a publicação dum quinzenário de inquérito à vida nacional sob o quádruplo aspecto do problema religioso, pedagógico, econômico e social, tentando resolvê-lo, em harmonia com o espírito moderno, e especialmente em conformidade com as necessidades atuais e o original espírito da Pátria Portuguesa.⁷

Para tal foram nomeadas quatro comissões (religiosa, educativa, econômica e social) que, exceção feita à questão religiosa, a qual não chegou a ter grande expressão no Boletim, correspondiam às seções fixas da revista. O enquadramento intelectual pretendido revelava as preocupações participativas de uma sociedade liberal e democrática em adaptação não só ao novo regime, como, em consequência dele, à nova forma de relacionamento econômico e social que a recente implantação da República, a 5 de outubro de 1910, trouxera.⁸

6 Jaime Cortesão. “A Universidade Popular do Porto”. *VP* (a publicação será referenciada desta forma), n. 6, 16/1/1913, p. 42.

7 “Editorial”. *VP*, n. 1, 31/10/1912, p. 1.

8 “Um homem que tem um título de marquês não é hoje realmente um privilegiado, porque o título não lhe dá vantagem nenhuma sobre os seus patrícios; mas o industrial protegido é um verdadeiro privilegiado porque nos obriga a comprar caro a ele, quando podíamos comprar barato a qualquer outro, e porque é enriquecido pelo Estado, com grave prejuízo da grande maioria da nação” (António Sérgio. “Livre-câmbio”. *VP*, n. 22, 10/12/1914, p. 10).

A importância dessa revista encontra-se sobretudo no fato de funcionar como um decodificador das ideias de intelectual, de cultura e de política. Indesligável do Movimento da “Renascença”, vai divulgando as suas ações educativas e editoriais, as reuniões de direção, a contabilidade, o número de sócios⁹ e sua recepção dentro e fora de Portugal.

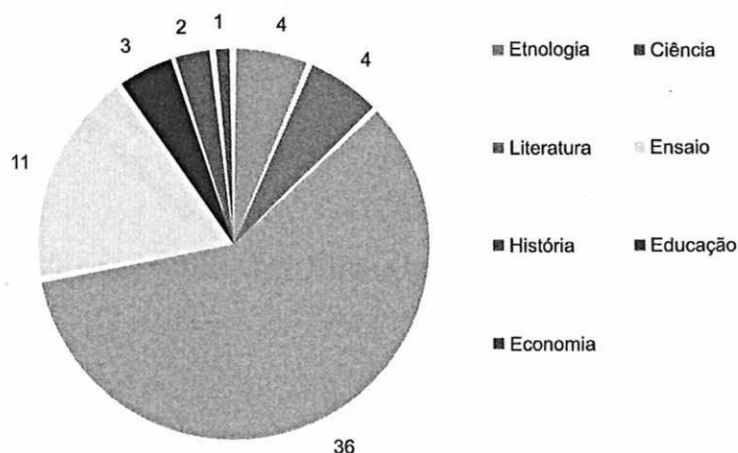


Gráfico 1: Principais temáticas das edições da “Renascença Portuguesa” noticiadas em *A Vida Portuguesa*.

Ao mesmo tempo, ao ligar refletidamente pensamento e ação, vai-nos informando sobre a mundividência e a participação do intelectual.

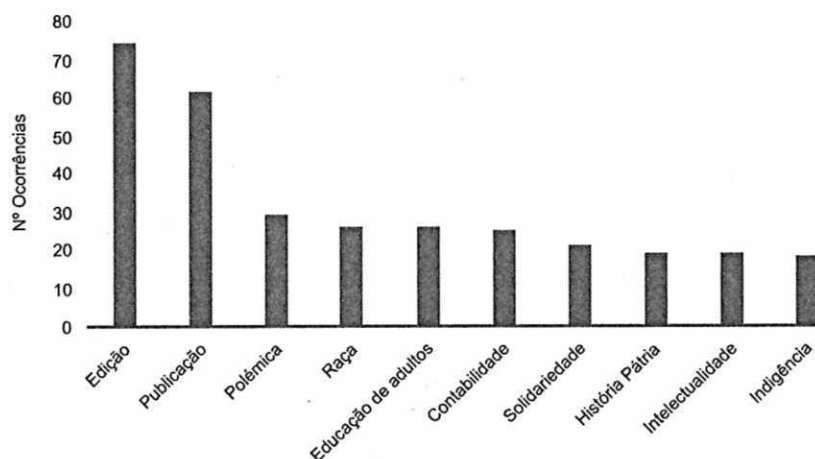


Gráfico 2: Principais conceitos utilizados em *A Vida Portuguesa*.

⁹ A partir do n. 30 surgem, também, listas dos novos sócios.

SUPTES E MEDIADORES

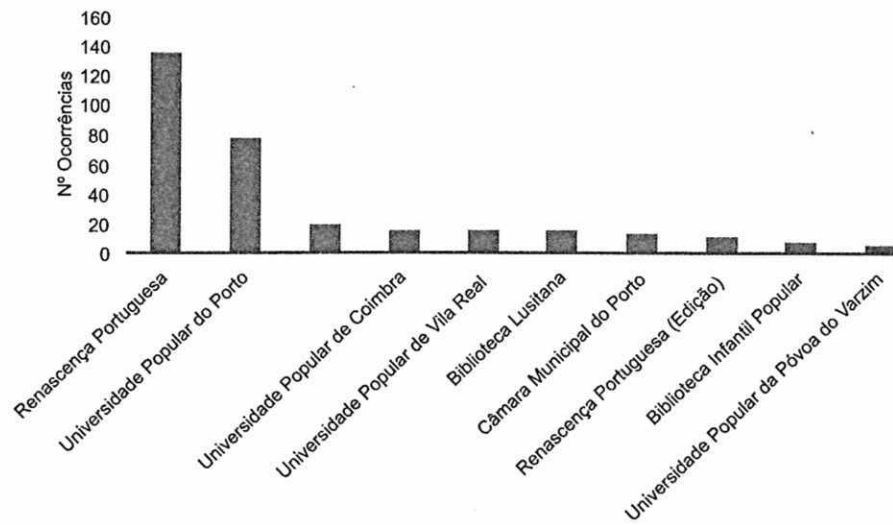


Gráfico 3: Principais autores coletivos citados em *A Vida Portuguesa*.

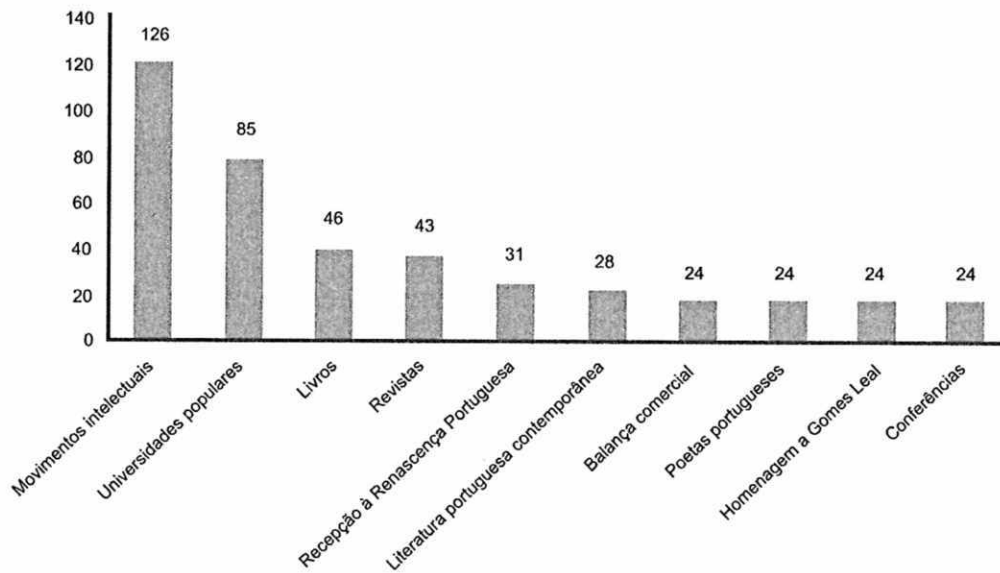


Gráfico 4: Principais assuntos utilizados em *A Vida Portuguesa*.

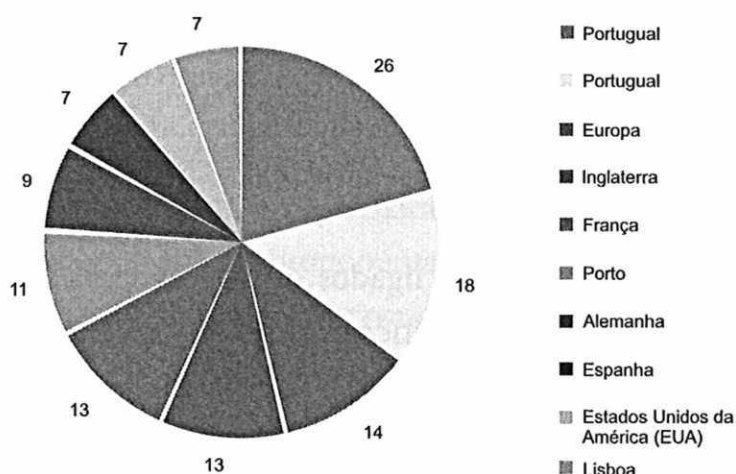


Gráfico 5: Principais assuntos geográficos utilizados em *A Vida Portuguesa*.

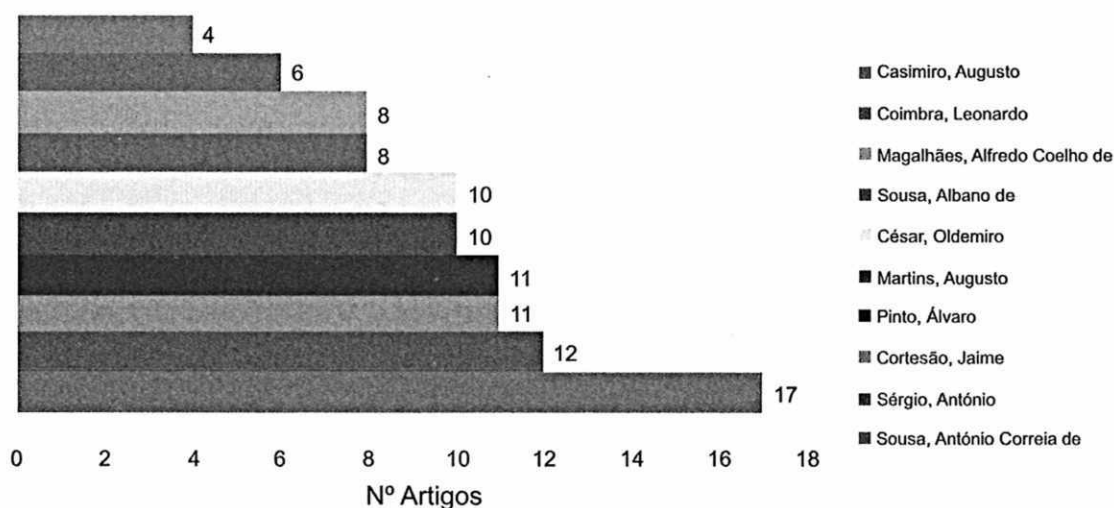


Gráfico 6: Principais autores singulares de *A Vida Portuguesa*.

O intelectual surgia-nos desta forma enquanto ser moral e político, plenamente convencido da sua missão, quer como intermediário entre povo e poder político, quer como detentor de um saber cumulativo que era o seu capital simbólico, religando modernidade e tradição na produção de uma nova simbologia de valores:

É uma parte da geração nova, dessa coorte de inflamados guerreiros, que surgem em todo o Portugal, que vai falar na *Vida Portuguesa*. É uma nova boca, nova Vida e novo Mundo que vai falar. Mas eles não esquecerão aqueles que têm aquela experiência, aquele saber, e ponderação, que só o tempo dá, mas que juntamente amam, creem, esperam e procuram ir sempre adiante.¹⁰

Republicanos e democratas, ligados ou não às várias forças políticas que compunham o panorama político português,¹¹ cuja representação parlamentar refletia hegemonias, alianças e alternâncias próprias de uma democracia que dava os primeiros passos – ainda que em nível individual muitos tenham aderido aos partidos maioritários –, deles se pretendia que, na qualidade de intelectuais, sua independência enquanto grupo se estendesse não em relação à política, mas, sobretudo, em relação às facções parlamentares que pretendiam representá-los. Como se verá em seguida, essa postura significava, sobretudo, a direção e a participação constante nos principais debates que consideravam poder estruturar uma sociedade melhor e mais justa.

OS MANIFESTOS: CULTURA E POLÍTICA NA *VIDA PORTUGUESA*

Considerado pela imprensa do país como um grupo de jovens intelectuais republicanos, o núcleo fundador da “Renascença Portuguesa” – Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Augusto Casimiro, Mário Beirão, Afonso Lopes Vieira, Raul Proença, António Sérgio, e ainda Guerra Junqueiro, José Teixeira Rego, Sampaio Bruno, Manuel Laranjeira, Raul Brandão, Miguel

¹⁰ “Editorial”. VP, n. 1, 31/10/1912, p. 1.

¹¹ O Partido Republicano Português, que mais do que um partido era uma grande frente contra a Monarquia, após a implantação da República, fracionou-se em várias forças políticas, sendo a mais hegemônica o Partido Democrático. Durante o regime republicano democrático-liberal (1910-1926), apesar da afirmação dominante do Partido Democrático, este foi frequentemente obrigado a celebrar acordos partidários no parlamento ou na constituição de governos multipartidários ou frentistas.

de Unamuno, Ribera y Rovira, Costa Macedo, Almachio Diniz, Phileas Lebesgue, Audrey Bell – refletia a postura de autoidentificação das elites científicas e letradas que, após o Caso Dreyfus, foram tomando corpo um pouco por toda a parte defendendo causas e princípios políticos.¹²

O manifesto era o veículo programático que exprimia perante o público quais as intenções dos seus proponentes. No caso da “Renascença”, surgiram dois manifestos que incorporavam duas correntes. Embora ambas admitissem pontos fundamentais em comum, digladiaram-se durante a maior parte da existência do Movimento, mas exprimiram sempre os seus pontos de vista de forma aberta e democrática nas páginas das revistas: *A Águia* e *A Vida Portuguesa*. Após a primeira reunião constitutiva do Movimento realizada em Coimbra, ficou Teixeira de Pascoais de elaborar o manifesto, o qual, na reunião seguinte em Lisboa, encontrou oposição em António Sérgio e Raul Proença, ficando este último encarregado de escrever um novo.

Ambos os manifestos foram guardados na gaveta, mas acabaram publicados pela primeira vez, e em conjunto, na *Vida Portuguesa*, com o título: “Para a história da Renascença Portuguesa”.¹³ Torna-se vantajoso para a compreensão do que anteriormente foi dito, sobre a capacidade propedêutica de expor democraticamente pontos de vista e pô-los em diálogo, demorar um pouco no desmontar das principais divergências e convergências que motivaram a existência dessas duas linhas dentro da “Renascença”. Assim, acompanhando os manifestos vemos que a defesa do regime republicano como uma mais-valia para a sociedade portuguesa foi considerada o ponto de partida necessário para o reencontro dos portugueses com o futuro.

A ideia de renascença e de nacionalidade regenerada era outro ponto em comum entre os dois manifestos. Reconhecer a tradição, conservar o que de bom existia, renovar a partir do existente eram formas de defender

¹² Charles, 1990.

¹³ *VP*, n. 22, 10/2/1914, pp. 10-12.

a mesma ideia que vinha das revoluções liberais oitocentistas, e que se negava a aceitar a tábua rasa como ponto de partida, confiando antes no processo cumulativo de melhoramento da cultura e da política. Por fim, em comum, também, o fato de se dirigirem ao povo, percebendo a importância do papel de uma opinião pública cada vez mais alargada em termos sociais, em uma sociedade democrática, esclarecida e politicamente preparada, isto é, a partir de um progresso moral e intelectual global, pretendia-se atingir a política e melhorar o seu desempenho.

Para responder às questões nacionais, os métodos de divulgação de ideias e angariação de aderentes passavam pelas armas ao dispor dos intelectuais em geral, e o escritor e jornalista, tal como o poeta nortenho,¹⁴ enumerou-os claramente:

Os problemas são variadíssimos: educativos, económicos, morais, literários, artísticos, financeiros, militares, coloniais. A escola, o livro, a revista, o panfleto, o manifesto, a conferência, a exposição, o inquérito, a viagem de informação de estudo – tais são os meios que temos ao nosso alcance. Por eles diligenciaremos, criar em Portugal estas duas coisas absolutamente novas: uma elite consciente, uma opinião pública esclarecida. Eis o nosso fim, eis as nossas ideias. Daqui fazemos um apelo a todas as pessoas úteis, sem distinção de classes, que não desejem viver egoistamente [...]. É preciso que nos habituemos à ideia de que o progresso de uma nação se faz mais pelo esforço individual do que pelas providências governativas.¹⁵

A defesa da autonomia individual, como garantia de um coletivo independente, ligava-se com o problema educativo a que pretendiam dar resposta, e a forma de o fazer teria de partir de uma doutrina educativa baseada na história e na cultura do país. Aqui surgiam as divergências que, como dissemos, não foram razão suficiente para cisão; ao contrário, através da discussão livre e aberta vai surgir alguma aproximação de posições.¹⁶

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ Raul Proença. “Ao povo: A Renascença Portuguesa”. *VP*, n. 22, 10/12/1914, p. 12.

¹⁶ *Ibidem.*

Teixeira de Pascoais personificava a divergência, ao afirmar que os portugueses deveriam encontrar a sua nacionalidade perdida e adulterada por várias influências estrangeiras. A ideia de fazer coincidir cada povo com uma raça tinha, no caso de Pascoais e da “Renascença”, contornos culturais e inclusivos. Procurava-se a individualidade espiritual e intelectual como a única forma digna, porque contributiva, de se abrir à universalidade civilizacional. Proença, embora situando, tal como Pascoais, a origem da crise e do atraso portugueses na Contrarreforma, não culpava o estrangeiro, mais precisamente a Europa, mas sim a forma como esse atraso inicial se fora tornando permanente, transformando o nosso modo de pensar e viver numa constante anacronia.¹⁷

Os manifestos, entre o programático e o panfletário, tinham por missão exacerbar e agitar os interlocutores levando-os a agir, participando. Quer um, quer outro pecavam, em seus respectivos pontos de vista, por algum exagero, mas são elucidativos para o historiador, na medida em que facilitam a compreensão do período e da sua dinâmica, neste caso através do caso paradigmático do Boletim de um Movimento de intelectuais. Dirigida ao povo e à sua educação e cultura política, a *Vida Portuguesa* pretendia a moralização da política, mas, sobretudo, contribuir para o aparecimento de um novo político e de uma nova cultura política. Teixeira de Pascoais, em entrevista ao *Século*,¹⁸ assumiu como *manifesto político* do Movimento um artigo de Raul Proença em *A Águia*.¹⁹ Nesse artigo, Proença defendia a sua posição de intelectual, que procurava através do seu saber elaborar uma crítica que levasse à reflexão e à consequente emenda nas práticas políticas de compadrio, corrupção e facciosismo permanentes. Tinha a República apenas dois anos e todos esses problemas, que vinham do passado, haviam se integrado ao novo regime. Como solução, em primeiro lugar, a educação

17 *Ibidem*.

18 Cf. “Iniciativa simpática: Sociedade Renascença Portuguesa”. *Século*, apud VP, n. 9, 4/3/1913, p. 69.

19 Raul Proença. “A situação política”. *A Águia*, 2ª série, vol. I, n. 2, fev. 1912, pp. 58-62.

não para o saber, mas para o saber agir, isto é, para a capacidade de intervenção na causa pública.

António Sérgio, apesar das mencionadas divergências havidas desde a elaboração dos manifestos, continuou na “Renascença” e alimentou várias polémicas. De acordo com o essencial do seu projeto cultural educativo, este seria conseguido através da formação e da ação de uma elite intelectual que contribuísse para a progressiva democratização do poder político, completada por uma renovada cultura política nacional. Não concordava, no entanto, que esse objetivo pudesse ser atingido pelo isolamento em relação à Europa e por extensão ao resto do mundo ocidental, relevando a partir daí o caso exemplar dos Estados Unidos. Para Sérgio, essa é que era a tradição cultural e política portuguesa.²⁰

Era preciso crescer e desenvolver a indústria e a agricultura aproveitando os exemplos vindos de fora, nivelando nessa medida Portugal com a Europa, acreditando na possibilidade do sistema liberal e competitivo, para alcançar um lugar *lá fora*: “*Talent de bien faire* seja a tua divisa: *talent*, quer dizer, vontade, *faire*, quer dizer, agir, ser empreendedor, criar riqueza espiritual e riqueza material”.²¹

República, democracia, liberdade de pensamento e expressão eram o lugar em comum; o afastamento desinteressado das *cliques* políticas era a base que cimentava o Movimento. No entanto, o assumir do saudosismo como o eixo principal da “Renascença”, o mesmo que dizer, o desejo que o fosse para o país inteiro, era para Sérgio o erro fatal dos saudosistas:

Floresçam na terra os saudosos e os poetas contemplativos (em pequenino número, bem entendido). Em arte tudo é legítimo, sob a única condição de haver talento. O absurdo está na pretensão desses poetas de que um povo inteiro seja de

20 António Sérgio. “Variações do amigo banana...”. *VP*, n. 4, 15/12/1912, p. 28.

21 *Idem*. “Golpes de malho em ferro frio”. *VP*, n. 16, 2/8/1913, p. 127. Lema do Infante D. Henrique e por essa via da Marinha Portuguesa.

poetas contemplativos. Floresçam os saudosos, e mesmo o *saudosismo*, como escola literária: não porém, como princípio nacional.²²

A sua polémica com o saudosismo prolongou-se em uma outra com Jaime Cortesão nas páginas da *Vida Portuguesa*, a propósito da abordagem da História, isto é, o desacordo partia da concepção de historicismo (ou historicismo) que presidia ao ponto de vista de Cortesão no ensino da História: “As vantagens do Historismo são as de procurarmos as virtudes do gênio nacional para as adaptarmos à luta moderna”²³

Segundo Sérgio, a história-propaganda usada como motivadora de significados patrióticos tinha o seu papel na retórica política, mas não podia presidir ao seu ensino fundamentado, enquanto procura de inteligibilidade e crítica científicas.²⁴ Neste sentido, porque era urgente responder aos problemas da atualidade portuguesa, a explanação política da questão económica e social, em que todos estavam de acordo, foi um dos principais temas desenvolvidos no Boletim. António Sérgio, Ezequiel de Campos,²⁵ Álvaro Pinto e o industrial Albano de Sousa²⁶ procuraram, com alguma coerência e univocidade, demonstrar que a livre-iniciativa e a industrialização do país eram o caminho para acompanhar o desenvolvimento europeu e norte-americano, aumentar a riqueza e acabar com a sangria provocada pela emigração. A melhor maneira de o poder político proteger económica e socialmente o país não era o protecionismo; ao contrário, para o aproveitamento dos recursos, a criação de meios de circulação era o verdadeiro apoio à iniciativa privada que deveria ser convenientemente legislada.

Álvaro Pinto, num dos seus artigos em torno da questão, resumia a substância da posição comum manifestada no Boletim:

²² *Ibidem*.

²³ Jaime Cortesão. “O parasitismo e o anti-historismo”. *VP*, n. 18, 2/10/1913, p. 137.

²⁴ António Sérgio. “Variações do amigo banana...”. *VP*, n. 4, 15/12/1912, pp. 28-29.

²⁵ Ezequiel de Campos (1874-1965), engenheiro e economista.

²⁶ Albano de Sousa (1877-1954), industrial, vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa e diretor da Associação Industrial Portuense.

E afinal, quanto mais patriótico não seria que em vez dum grande saldo nos cofres do tesouro – nós víssemos tranquilidade econômica nas famílias, a terra sulcada por estradas e vias férreas – novamente em produção abundante, o comércio e a indústria laborando afanosamente, a emigração diminuída, a paz e o sossego restabelecidos nos lares, hoje em tão assustadoras crises! Esse sim, que seria o grande patriotismo, o verdadeiro saldo.²⁷

Após o início da guerra, a “Renascença Portuguesa” fez parte dos que apoiavam a participação portuguesa no conflito, não só em defesa do território colonial ameaçado pelos alemães, como, além disso, em solidariedade à França ocupada. A partir daqui a “Renascença” chegou mesmo a organizar uma sociedade de instrução militar no Porto, que deveria ajudar a manter o espírito patriótico e a preparar a defesa do país.²⁸ Jaime Cortesão alistou-se e partiu para a França em 1915 como médico de campanha. Sendo o diretor da *Vida Portuguesa* e o seu grande impulsionador, a sua partida para a guerra coincidiu com o fim do Boletim.

Mais uma vez em desacordo, António Sérgio via a guerra como um jogo de interesses econômicos que se sobrepunham às nacionalidades, e não se cansou de o dizer. Escreveu para *A Águia* e *A Vida Portuguesa* alguns artigos que manifestavam essa opinião, os quais não tiveram grande eco na intelectualidade portuguesa.²⁹

A política era assim percebida de maneira diferente, isto é, vista para além da sua dimensão partidária, tinha uma dimensão cívica e democrática. Segundo Sérgio, o sócio e participante era aceito sem ser inquirido quanto à filiação partidária ou classe social, e o alargamento do Movimento ao Brasil era lembrado por ele como uma conquista das ideias defendidas, motivo de gratidão e solidariedade transatlântica:

27 Álvaro Pinto. “Crônica”. *VP*, n. 18, 2/10/1913, p. 141.

28 “Sociedade de instrução militar” – “Editorial”. *VP*, n. 32, dez. de 1914, pp. 89-90.

29 António Sérgio. “Em que se relata uma conversa com um doido”. *VP*, n. 30, out. de 1914, p. 74.

Nessa irmandade espiritual que se propõe acordar um povo pela ação moral e educativa, contam-se atualmente homens de todas as classes sociais e não só portugueses mas brasileiros também, cuja assistência nos desvanece, e entre os quais devo citar a comissão do Rio de Janeiro: Coelho Neto, Abner Mourão, António Austregesilo, Correia Lima, Emílio de Meneses, João do Rio, João Luso, Julião Machado, Óscar Lopes, Raul P. Pederneiras, Rodolfo Amoedo, Roque de Carvalho e Santos Maia. Seja-me permitido significar-lhes neste momento, pela simpatia com que nos acompanham, a mais admirativa gratidão.³⁰

Facilmente se compreende a possibilidade de entendimento, fora dos extremos, dentro do Movimento. A questão das raças, como já vimos, tinha na “Renascença” uma abordagem cultural e não era vista como motivo de superioridade ou exclusão; no entanto, outros Movimentos começavam a despontar nesse sentido mais nacionalista e étnico do termo. Sérgio não concordava com nenhum desses aspectos e explicava o porquê n’*A Vida Portuguesa*:

Não são essas quiméricas incognoscíveis dosagens de sangues, que formam uma pátria, mas sim os vínculos morais, a mesma vontade e a mesma língua, o mesmo sentimento e a mesma ideia sobre a existência nacional. Dolicocefalos, ou braquicefalos, loiros ou castanhos, são genuínos portugueses [imitando uma frase de Carlyle a respeito de Shakespeare], todos os súbditos de Camões.³¹

A universalidade da cultura humana, para além da evolução histórica e étnica, era também defendida de forma clara por esse autor com ecos e apoios na maioria do Movimento da “Renascença Portuguesa”:

Primeiro método: ir ao povo, estudar o povo. Muito bem [...] e dirigidos pela cultura universal vão ao povo; e quando a ele chegam, e lhe colhem as lendas, e as tradições, e os contos e as descascam, e lhes tiram a polpa, e lhes quebram o caroço

³⁰ *Idem*, pp. 21-22.

³¹ *Idem*, p. 127.

– que é que encontram? Encontram temas universais [...] no mais íntimo do nacional veem aparecer a cultura humana.³²

Passado algum tempo da I Guerra Mundial, em 1921, Raul Proença e Cortesão juntaram-se e fundaram uma nova revista com novo manifesto intelectual, a *Seara Nova*,³³ que prometia ser mais interveniente na política nacional, mas, tal como a “Renascença”, sem partidarismos. Ainda no Brasil, Sérgio e Álvaro Pinto aderiram também ao novo Movimento.³⁴

A VIDA PORTUGUESA E A RECEPÇÃO DA “RENASCENÇA PORTUGUESA”

Para além dos manifestos até aí inéditos, *A Vida Portuguesa* publicou entrevistas dadas pelos principais fundadores da “Renascença”, que elucidavam quanto à doutrina, à filosofia, aos objetivos, aos pontos de partida, à organização interna, mas também descortinavam rivalidades e críticas externas.

Mas antes, e a abrir este ponto sobre a “Renascença” lida na imprensa coeva e transcrita n’*A Vida Portuguesa*, gostaríamos de salientar um artigo, extraído da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de Fran Paxeco,³⁵ que nessa altura secretariava Bernardino Machado,³⁶ o primeiro embaixador republicano de Portugal no Brasil, e que comentava o aparecimento da “Renascença Portuguesa” situando-a na proximidade de correntes europeias. Interessante o fato de ter sido transcrito pelo editor de *A Vida Portuguesa*,

32 *Idem*. “Variações do amigo banana...”. *VP*, n. 4, 15/12/1912, p. 28.

33 *Seara Nova* (1921-). Esta revista e “A Renascença Portuguesa”, bem como o Anuário do Brasil, de Álvaro Pinto, fizeram parcerias na edição de várias obras.

34 Espólio de Teixeira de Pascoais, BN, Cx. 23.

35 Manuel Fran Paxeco (1874-1952), diplomata português.

36 Bernardino Machado (1851-1944), político, escritor, foi colaborador e simpatizante da “Renascença”.

logo a seguir aos manifestos, acabando por completar e situar os manifestos em contexto alargado:

Desenhou-se em Portugal, nos começos de 1912, um Movimento de regeneração mentalista. O veículo das suas teorias chama-se *A Águia*, letreiro decerto simbólico, traz foros de disciplina. Do lado de pequenos atritos, inevitáveis nas iniciativas desta natureza, agremiaram-se debaixo da flâmula do *saudosismo* os mais fulgidos talentos da pátria de Bernardim, um dos autores prediletos do formoso núcleo. Na França, com iguais intuítos de revivescência, mas sem fronteirar, apareceu outra plêiade de cérebros luminosos, sob a bandeira do paroxismo. Tem como órgão *La Vie des Lettres*.³⁷

No entanto, e independentemente da evolução posterior, muitos dos pensadores estrangeiros enumerados por Fran Paxeco constituíam influência conjunta, e talvez por isso o diplomata os foi apresentando em paralelo, para lembrar cruzamentos e leituras comuns. A extensa lista de pensadores e escritores que se segue tem a utilidade de contextualizar a época, e de lançar pistas de aprofundamento de investigação:

É a estética do Movimento de encontro à imobilidade, brada um dos pioneiros, que, a inverso dos iconoclastas ignaros, rende homenagem a Zola, Whitman, Paul Adam, Rosny senior, Verhaeren, declarando os confreres influenciados por Gustave Le Bon, Tarde, Durkheim, Bergson, G. Lanson, André Gide, Barrés. Advinha-se uma juventude respeitosa... tal como a lusônia, que não se arrepela de preitear o maior vulto da nossa cultura, o assombroso arquétipo da civilização portuguesa – Teófilo Braga, o notável filólogo António Cortesão, Gomes Leal, José Sampaio (Bruno), Junqueiro, Coelho Neto, António Arroio [...]. Sem lhes escassear pensadores e eruditos da craveira de Teixeira Rego, Leonardo Coimbra, Virgílio Correia, Fernando Pessoa, Augusto Martins, Afonso Lopes Vieira, João de Barros, Raul Proença, Veiga Simões, António Correia de Oliveira, Câmara Reis, Augusto Casimiro, João de Deus Ramos, Jaime Cortesão, Antero de Figueiredo, Mário Beirão,

37 Fran Paxeco. “Os paroxistas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. VP, n. 22, 10/12/1914, pp. 12-13.

António Sérgio, Vasco de Ortigão Sampaio, Vila Moura, etc., constituem a fina flor das recentes camadas intelectuais. E, do Brasil, Pinto da Rocha, o malogrado Tomás Lopes, Carlos Maúl, Lima Barreto, Lindolfo Xavier.³⁸

O jornalista republicano Oldemiro César³⁹ foi um dos que mais acompanharam a obra da “Renascença” e o seu desenvolvimento inicial, publicando no jornal *O Mundo* entrevistas comentadas a Leonardo Coimbra e Álvaro Pinto. Introduzia o tema, contextualizando-o politicamente, e situando regionalmente o aparecimento do Movimento:

Eu vim encontrar no Porto o início de uma bela tentativa de arte em que irmãmente comungam escritores e artistas, poetas e pensadores. Realizada no Norte, ela é ainda ignorada em Lisboa, onde a paixão política vem absorvendo tudo [...]. Eu ouvira aí falar, vagamente, da Renascença Portuguesa, agremiação de gente nova, com uma visão de futuro cheia de grandeza, buscando na difusão da ciência, das letras e da arte o renascimento de um povo, politicamente já renascido para uma nova vida de paz e prosperidade [...]. E para os literatos do Martinho, ouvindo falar dela tão vagamente não encolha os ombros com o habitual desprezo com que Lisboa acolhe a intelectualidade do Norte, aprez-me abordar o assunto, certo de que lhes ofereço uma novidade inédita, a sensacional notícia de que há no Porto quem se preocupe com coisas de arte.⁴⁰

Leonardo Coimbra, considerado como o filósofo do grupo, rompendo com cientismo e positivismo, vai encontrar no personalismo de Renouvier e sobretudo no vitalismo de Henri Bergson o essencial para a elaboração da obra *O criacionismo*, que publicou em 1913. O vitalismo personalista dessa filosofia revelava-se considerando que o amor, a morte, Deus, o universo não eram puras ideias, mas vivências, formas de existência, desafios em que o homem singular se projetava com tudo de que era feito e o caracterizava:

38 *Idem*, p. 13.

39 Oldemiro César (1884-1963), jornalista, escritor, colaborador da “Renascença”.

40 Oldemiro César. “A Renascença Portuguesa”. *O Mundo* de 10/8/1912. VP, n. 8, 18/2/1913, p. 62.

A Renascença Portuguesa deseja dar uma finalidade à vida nacional [...]. Certas doutrinas modernas, superficiais e brilhantes vieram servir esse espírito de combatividade [...]. Essas doutrinas não dissolveram as vontades, porque foram servidas a uma segura vontade de honra, como meios de destruição da orgia monárquica. Agora, destruído o passado e distendido o esforço de defender a República ameaçada, é preciso impedir a dissolução das vontades pela criação de um ideal coletivo [...]. Como criar esse ideal coletivo? Evidentemente que não pode ser por uma artificial reação de laboratório, nem pelo programa de qualquer igreja política ou literária. Tem de ser, na lusitana forma da alma popular, a luz do que é eterno e absoluto – o homem como parcela do espírito ativo, eficaz e criador [...]. E que pode ouvir o povo? Só ouvirá aquilo que seja uma afirmação absoluta do espírito. Quando digo uma afirmação absoluta não quero dizer uma afirmação dogmática. O dogma é pantanoso e morto, o espírito é permanente e criador de amor e beleza.⁴¹

Sentir e imaginar comungando da mesma natureza revalorizava assim a razão numa apreensão refletida da realidade. As consequências políticas a retirar apontavam para a defesa de um regime de liberdade e democracia, capaz da abertura necessária ao caminho de aperfeiçoamento constante, única forma de educar o povo para a autonomia e a capacidade de escolha.

A entrevista a Álvaro Pinto, segundo o próprio entrevistador, era a que faltava para completar o depoimento anterior sobre a “Renascença”, isto é, depois da parte espiritual do Movimento desenvolvida por Leonardo Coimbra: “Das condições materiais da sociedade, na forma prática como ela se tem sustentado, diz-nos o jornalista Álvaro Pinto, um dos fundadores da Renascença”.⁴²

Esse fundador do Movimento era o grande impulsionador de suas publicações e edições. Dotado de grande capacidade organizativa, assumiu sem prejuízo financeiro a publicação da 1ª série de *A Águia*, e pensou a “Renascença” enquanto sociedade por cotas, com angariação de sócios e

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Idem*, p. 62.

estatutos de associação. Perante a crítica generalizada de literatos e intelectuais, lembrava algumas razões de peso para o procedimento adotado:

A Renascença começou a sua existência em janeiro deste bom ano de 1912 com 30 sócios espalhados por três Comitês para Lisboa, Porto e Coimbra. De Lisboa e Coimbra poucos, ou quase nenhum, novos sócios se juntaram. No Porto e no Norte conseguiu-se que o número de pessoas confiantes na nossa obra esteja nesta data em 120, que são outros tantos corajosos obreiros de uma tarefa que só empecilhos e más vontades têm encontrado na sua frente. Estamos porém dispostos a teimar e, meu amigo, os números a que v. tem tanto horror e que as criaturas olímpicas desdenham por *snobismo* encorajam-nos a prosseguir. Veja o que diz o nosso livro-*Caixa*, tão simples como claro. De um lado a receita de 960\$000 réis, do outro a despesa de 890\$000 réis, números redondos. Ri-se destas contas de mercearia? Pois sem essa base invente-me um processo de fazer alguma coisa séria. O ponto é insistir e administrar com certo decoro.⁴³

Já Cortesão mencionara e respondera, com ironia, à estranheza que causara perante alguns intelectuais portugueses o tipo de sociedade a que a “Renascença” dera corpo, e que levava inclusive ao aparecimento de algumas anedotas em torno do fato:

Espíritos muito finos de literatos imaculados e intangíveis têm-se consolado de fazer graça com a circunstância de “A Renascença Portuguesa” ter Estatutos com artigos e cotas e gerente e outras coisas mais [...]. Ora, às criaturas de boa-fé devemos esclarecer o atropelado assunto. “A Renascença Portuguesa” não é nenhum renascimento decretado em artigos e cozinhado em cotas. “A Renascença Portuguesa” é muito simplesmente uma associação de pessoas bem-intencionadas que se propõem promover a maior cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, etc. E por ser uma associação nessas condições, e por tudo aquilo a que ela se propõe custar dinheiro, é que tem um Estatuto e é que tem um receituário de cotas.⁴⁴

43 *Ibidem*.

44 Jaime Cortesão. “A Renascença Portuguesa e certas graças”. *VP*, n. 2, 15/11/1912, p. 16.

Já nos pudemos aperceber da novidade que esse Movimento representou, e, na verdade, se o trabalho desenvolvido causou sobretudo aplauso e admiração, também provocou críticas e desafetos:

Detratores? Qual a obra generosa que os não tem? Mas que hão-de poder esses insignificantes? Não devemos considerar-nos satisfeitos com o aplauso de grande parte do público do Porto, que já vai sentindo a obra da “Renascença” com as calorosas saudações do Centro Comercial do Porto [Associação de Comerciantes], que se inscreveu na “Renascença Portuguesa” e com as eloquentes palavras que a Câmara do Porto nos dispensou na sua sessão de 13/6/912, prometendo subsidiar a Universidade Popular? Isso basta, meu amigo, para que um alento mais profundo nos avigore os impulsos.⁴⁵

Também Teixeira de Pascoais, em entrevista ao *Século* inscrita na *Vida Portuguesa*, depois de apresentar Movimento, doutrina e obra dedicados a “promover a maior cultura do povo português por meio da conferência, do livro, da escola e do teatro”,⁴⁶ referia a existência de inimigos, mal a “Renascença” começara a tornar-se conhecida e a ganhar adeptos.

Mas foi Jaime Cortesão, numa entrevista ao *Mundo* sobre a reabertura da Universidade Popular do Porto por iniciativa da “Renascença Portuguesa”, quem apontou para a identificação desses inimigos e detratores denunciados desde o primeiro número⁴⁷ n’A *Vida Portuguesa*:

A Renascença Portuguesa, diz-nos o poeta Jaime Cortesão e um dos seus sócios fundadores, vai serenamente cumprir as promessas feitas em junho deste ano [...]. A Universidade Popular reabriu há dias. Essa reabertura sabe-o você, porque a

45 Oldemiro César. “A Renascença Portuguesa”. *O Mundo* de 10/8/1912. *VP*, n. 8, 18/2/1913, p. 63.

46 Cf. “Iniciativa simpática: Sociedade Renascença Portuguesa”. *Século*, apud *VP*, n. 9, 4/3/1913, p. 69.

47 “O aparecimento deste quinzenário não é uma resposta aos críticos da ‘Renascença Portuguesa’, tardia resolução que os reparos motivassem: muito antes, é o cumprimento pontual duma promessa nossa” (Jaime Cortesão. “Editorial”. *VP*, n. 1, 31/10/1912, p. 1).

ela assistiu, foi concorridíssima pelo público, e, pela atenção e entusiasmo com que os oradores foram escutados e pelo número de adesões que tivemos, constituiu para nós uma bela vitória [...]. Quanto ao quinzenário? Saiu o primeiro número em 31 de outubro. Por ele poderá o público ajuizar bem do valor no nosso esforço. O Movimento das publicações editadas pela “Renascença” continua e dentro em pouco terá ultrapassado as primeiras duas dezenas.⁴⁸

Por todas essas razões de substância, Cortesão não hesitava em responder aos críticos delimitando sua origem e seu espaço de atuação: “E posto isto há de você concordar com uma coisa: é que não nos embaraçam os passos, mais do que a lama ou pedras das ruas, os vários jornalistas filistinos que abrem inquéritos parvos à ‘Renascença’”.⁴⁹

A partir de setembro de 1912, o jornal *República*, por iniciativa do jornalista Boavida Portugal,⁵⁰ iniciou um inquérito literário nacional a que responderam por pedido algumas figuras da intelectualidade portuguesa. Teixeira de Pascoais foi um dos convidados a responder. Em defesa da “Renascença” teorizou sobre o *saudosismo* que achava ser a originalidade portuguesa e o motivo da sua futura renascença e regeneração, traduzido pela poesia e a filosofia.

Todas as respostas ao inquérito incluíram uma opinião sobre o novo Movimento, e alguns intelectuais, como Júlio de Matos,⁵¹ Adolfo Coelho⁵² e Júlio Brandão,⁵³ teceram críticas duras quer à qualidade da escrita, quer sobretudo ao *saudosismo*. Vários outros defenderam o trabalho desenvolvido pela “Renascença”, quer no inquérito, como o Visconde Vila Moura, quer nas réplicas que se seguiram que incluíram respostas de Teixeira de

48 Oldemiro César. “A Renascença Portuguesa”. *O Mundo* de 2/11/1912. *VP*, n. 10, 16/3/1913, pp. 79-80.

49 *Idem*, p. 80.

50 Boavida Portugal (1889-1931), jornalista.

51 Júlio de Matos (1856-1922), médico psiquiatra.

52 Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), pedagogo, escritor.

53 Júlio Brandão (1869-1947), poeta, escritor.

Pascoais, de Jaime Cortesão e de Fernando Pessoa, que vira a sua teoria literária publicada em *A Águia*⁵⁴ ser atacada por Adolfo Coelho.⁵⁵ Destacamos neste contexto a réplica de Raul Proença que se assumia como dissidente da “Renascença Portuguesa”, embora afirmasse continuar a apoiar o Movimento e a revista, considerando que aí se publicavam coisas de muita importância. Na realidade, pela forma como viu os autores da “Renascença” serem atacados, acabou por sair em sua defesa contra Júlio de Matos:

S. ex^a tem plena razão, quando diz que a Saudade é um sentimento depressivo, incapaz de revigorar uma raça. Tem razão, porque é fácil ter razão contra a poesia e o sonho místico. Mas no que nós divergimos, no que pelo menos eu divirjo, e muito me honro com essa divergência, é na maneira de apreciar esses rapazes, alguns dos quais são os talentos mais reveladores, almas as mais nobres, os espíritos mais generosos do Portugal contemporâneo. De homens como Teixeira de Pascoais, Correia de Oliveira, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Mário Beirão, Augusto Casimiro, Lopes Vieira, não se diz: “Tudo isso é muito ordinário”. O que é muito ordinário é não saber distinguir entre as discordâncias doutrinárias e as apreciações a fazer dos escritores.⁵⁶

A propósito da definição simplista dada pelo psiquiatra à saudade, Raul Proença, que obviamente não concordava que o saudosismo alguma vez fosse o eixo doutrinário da “Renascença”, muito menos do país, acabava por assumir uma explicação diferente para o conceito:

Querem um espécimen de psicologia introspectiva? Ei-la aqui: *A saudade é uma recordação de uma pessoa querida que nos faltou*. Pois quê? É-se psiquiatra, é-

54 Fernando Pessoa (1888-1935). “A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada I”. *A Águia*, 2^a série, vol. I, n. 4, abr. de 1912, pp. 101-107; “Reincidindo”. *A Águia*, 2^a série, vol. I, n. 5, maio de 1912, pp. 137-144; “A nova poesia portuguesa no seu aspecto psicológico: Conclusão”. *A Águia*, 2^a série, vol. II, n. 12, dez. de 1912, pp. 188-192.

55 Perante o sucesso da controvérsia, Boavida Portugal publicou o inquérito e as réplicas no *República* e em outros jornais, em livro, em 1915.

56 Portugal, 1915, p. 126.

-se considerado como uma autoridade no departamento da psicologia, vive-se na presença de um povo que tem na saudade o seu sentimento mais individual, e define-se saudade – a recordação de uma pessoa querida que nos faltou? É como se definíssemos benzina como uma coisa que serve para tirar nódoas. Mas quem discorre e argumenta assim, muito embora seja uma autoridade em medicina, é incapaz de criticar a prosa do seu merceeiro, quanto mais a poesia de Pascoais!⁵⁷

Jaime Cortesão, que salientamos neste contexto por ser o diretor da revista que tratamos, na sua réplica em defesa da “Renascença Portuguesa” contra Júlio de Matos, referia a saudade como algo que não representava a totalidade do Movimento e da sua obra,⁵⁸ e remetia para Pascoais a sua defesa cabal, mas não deixava de equacionar criticamente a pobreza dos argumentos dos opositores, ao mesmo tempo em que destacava a demonstração da força do conceito, enquanto ideia-sentimento, enquanto possível motor de identidade:

Mas passemos agora propriamente ao que o snr. Matos diz da “Renascença” e da *Águia*. Que essa “Renascença” se baseia na Saudade. Não, decerto, na saudade contemplativa, depressiva e linfática, tal como sua exa. tão pobremente a define. O conceito de Saudade que aparece na *Águia* é outro bem diferente. A Saudade, como síntese psicológica e saudosismo é criação individual do poeta Teixeira de Pascoais, que aliás acho formosíssima e cheia de profunda verdade. É pois a ele que compete a sua defesa, se é que este termo tem aqui algum cabimento. No entanto devo dizer-lhe, para contraditar a definição do snr. Matos, que no conceito de Pascoais a Saudade envolve Esperança, esforço criador, entusiasmo religioso e voluntariosa continuidade afetiva.⁵⁹

A terminarmos esta importante questão, que teve o condão de inter-relacionar criticamente a intelectualidade portuguesa como raramente

57 *Ibidem*.

58 Como, de resto, fará também nas páginas da *Vida Portuguesa*. Ver Jaime Cortesão. “O elogio mútuo”. *VP*, n. 16, 2/8/1913, p. 121.

59 Portugal, 1915, p. 163.

acontecia, mencionaremos ainda o caso de Gomes Leal, porque ocupou algumas páginas de *A Águia* e muitas de *A Vida Portuguesa*. O poeta foi um dos críticos da “Renascença” no inquérito de Boavida Portugal, e uma das críticas que fazia foi depois repetida por vários dos detratores do Movimento. Gomes Leal acusava-os de serem *uma sociedade de elogio mútuo*.⁶⁰

Uma das graves faltas de que a “Renascença Portuguesa” tem sido acusada por uma espécie de gente, que alcança toda a sua reputação desfazendo na alheia, é a do *elogio mútuo*. Por esse termo deve entender-se, em nossa opinião, a simpatia espiritual, a intercompreensão mais viva em criaturas ligadas por um mesmo conjunto de ideias e muito designadamente pela mesma alta finalidade.⁶¹

Pouco tempo depois, Teixeira de Pascoais soube, por amigos em comum com o poeta, que este se encontrava na mais completa indigência. A “Renascença Portuguesa” abraçou a causa e homenageou o poeta através das revistas contando a sua história e divulgando o seu trabalho. Por meio de *A Vida Portuguesa* foi organizada uma subscrição nacional que angariou o suficiente para a sobrevivência de Gomes Leal durante três anos. Foi ainda conseguido, posteriormente, que o governo lhe atribuisse uma pensão mínima. O poeta retribuiu enviando uma carta de agradecimento muito digna, que foi publicada na *Vida Portuguesa*.⁶² Ao introduzir a carta, a redação explicava, a quem pudesse estranhar, que aquela era a prática comum do Movimento, isto é, a tolerância e o respeito por todas as ideias sinceras: “A ‘Renascença’ não obedece exclusivamente a nenhum credo imutável e absoluto; todavia predominam nela certas ideias orientadoras, pela simples razão de que a maior parte dos seus colaboradores chegou a um certo acor-do espiritual que dá unidade e individualidade à sua obra”.⁶³

60 *Idem*, p. 52.

61 Jaime Cortesão. “O elogio mútuo”. *VP*, n. 16, 2/8/1913, p. 121.

62 Gomes Leal. *VP*, n. 18, 2/10/1913, pp. 143-144.

63 *Idem*, p. 143.

Terminaremos este assunto como o começamos, através do artigo de Oldemiro César para *O Mundo*, uma vez que por ele podemos iniciar o ponto seguinte sobre a recepção do Movimento no estrangeiro. Ainda em referência ao inquerito literário, o jornalista, simpatizante e colaborador da “Renascença” em Lisboa falaria em sua defesa:

Mas a despeito da classificação inconveniente de *sociedade de elogio mútuo* com que malsinam a “Renascença” os tais filistinos a que o nosso entrevistado se referiu com desprezo, ela caminhará avante com o legítimo orgulho de que, bem longe, num país nosso irmão [...]. Com prazer registramos os nomes ilustres que no Rio de Janeiro compõem o Comitê Brasileiro da “Renascença Portuguesa”: tais são os do dr. António Austregesilo, lente da escola de medicina; dr. Raul Pederneiras, lente de direito; Coelho Neto, escritor; Correia Lima, escritor; Julião Machado, caricaturista; João Luso, jornalista; Óscar Lopes, jornalista e poeta; Abner Mourão, jornalista; Roque de Carvalho, comerciante; Costa Macedo, escritor; dr. Santos Maia, escritor... Em que pese aos injustos detratores da “Renascença”.⁶⁴

A recepção do Movimento fora de Portugal foi bem documentada na *Vida Portuguesa*. Em primeiro lugar, no Brasil, país privilegiado no que respeitava o intercâmbio intelectual. Vários jornais brasileiros, sobretudo no Rio de Janeiro, acompanhavam a evolução e a obra da “Renascença” e faziam a sua divulgação no Brasil; destacamos os que *A Vida Portuguesa* transcreveu: *A Gazeta da Tarde*, *O Correio da Noite*, *A Gazeta de Notícias*, *A Tribuna* e *O Pernambuco*. Almachio Diniz, correspondente de *A Águia*, e Costa Macedo, como organizador do Comitê brasileiro, são os mais referenciados pela *Vida Portuguesa*.

A história da “Renascença” continuará, ainda, a passar pelo Brasil. A partir de 1917, Álvaro Pinto sucedeu a Pascoais na direção da 2ª série de *A Águia*. Em 1920, junta-se a António Sérgio em exílio voluntário no Brasil, e em conjunto editam *A Águia* a partir do Rio de Janeiro entre 1920 e 1921.

64 Oldemiro César. “A Renascença Portuguesa reabre a Universidade Popular”. *O Mundo* de 2/11/1912. *VP*, n. 10, 16/3/1913, p. 79.

Para tal, compram uma editora, a Anuário do Brasil, cuja tipografia, que pertencia a Álvaro Pinto, navegou a partir do Porto. Sérgio regressou depois a Portugal, mas Álvaro Pinto foi ficando, dirigiu duas revistas com Tasso da Silveira, *Terra do Sol* e *Crítica*, e só regressou definitivamente ao país de origem em 1937.

Da Grã-Bretanha, Aubrey Bell,⁶⁵ ligado à “Renascença” desde o início, é lembrado por Cortesão a propósito do livro que publicara sobre a poesia portuguesa contemporânea.⁶⁶

Mas quem, no entanto, examinar o movimento de interesse que na França, Espanha, Inglaterra e Alemanha se está formando em torno da literatura Portuguesa contemporânea e em especial dos poetas [...]. Se acaso alguém duvida das nossas palavras queira então ler o livro recente de Bell – que na Inglaterra trouxe alguns dos nossos poetas para a discussão dos críticos literários. Bell, referindo-se ao poeta Teixeira de Pascoais, apresenta-o como um poeta bem nacional, característica que só lhe provoca louvores.⁶⁷

A Espanha, por meio de Miguel de Unamuno,⁶⁸ lusófilo amigo de Pascoais e correspondente de *A Águia*, e de Ribera y Rovira,⁶⁹ grande admirador de Portugal e da “Renascença”, foi mantendo um público interessado e um intercâmbio intelectual. Ribera y Rovira, que defendia uma espécie de federação ibérica constituída apenas por Catalunha, Portugal e Galiza, publicava na biblioteca popular de L’Avenç⁷⁰ o livro *Atlantiques – antologia de poetas Portugueses*, noticiado n’*A Vida Portuguesa*. Esse autor vai ser também publicado pela “Renascença” e manterá uma troca constante de divul-

65 Aubrey Fitzgerald Bell (1881-1950), lusófilo, professor, crítico literário.

66 Bell, 1913.

67 Jaime Cortesão. “Nacionalismo e Cosmopolitismo”. *VP*, n. 22, 10/2/1914, p. 9.

68 Miguel de Unamuno (1864-1936), escritor, poeta espanhol.

69 Ignazi Ribera y Rovira (1880-1942), lusitanista catalão.

70 *L’Avenç* (1881-1893). Revista literária, artística e científica, da iniciativa de Massó e outros intelectuais catalães, que, após acabar como revista, ainda se manteve como editora até 1915.

gação intelectual; por exemplo, tal como o caso do comitê brasileiro, vai abrir uma subscrição de apoio a Gomes Leal em Barcelona, afirmando em Catalão: “Un poeta no té pátria. Es de tota la Humanitat”.⁷¹

Por outro lado, as relações luso-brasileiras e africanas contribuía para aumentar aliciantes a favor do mercado português, e de alguma maneira esse fato alargava o interesse das relações intelectuais na divulgação e nas interconexões de modos de estar e pensar. Pedro Blanco,⁷² pianista e professor espanhol próximo da “Renascença”, sintetizava o que acabamos de expor:

Começa a dar frutos positivos a minha modesta campanha da *Correspondência de Espanha*, seguida noutros periódicos portugueses, a favor do intercâmbio intelectual e artístico entre Espanha e Portugal. Por ele felicito-me e felicito também os escritores espanhóis, pois o acordo feito com a importantíssima Associação “Renascença Portuguesa” interessa extraordinariamente aos nossos literatos, não apenas pela magnitude da ideia, mas pelos resultados positivos que lhes trará a sua realização. A “Renascença Portuguesa” decidiu traduzir periodicamente as melhores obras de autores contemporâneos que se vão publicando em Espanha [...] publicação e exposição dessas mesmas obras em Portugal e, mais importante, no Brasil e nas colônias portuguesas, com o que abre um novo mercado à nossa literatura nacional.⁷³

Mas foi Phileas Lebesgue, lusófilo francês, quem conseguiu dar a verdadeira dimensão geográfica das letras portuguesas, se bem que também tenha escrito um livro sobre a República Portuguesa, deslocando-se a Portugal logo no início da sua implantação a 5 de outubro de 1910.⁷⁴ Lebesgue aprendeu português, fez traduções de autores portugueses e brasileiros, e

71 Ribera y Rovira. “Vetllant el dolor d’un poeta, Germanor”. *VP*, n. 13, 6/5/1913, p. 99.

72 Pedro Blanco, pianista e professor espanhol, casado com Alice Pestana (pseud. Caïel), pedagoga e feminista portuguesa que desenvolveu obra sobre a proteção ao jovem delinquente na Espanha. Ambos amigos de Bernardino Machado e Teófilo Braga, colaboradores da “Renascença Portuguesa”.

73 Pedro Blanco. “La Renascença Portuguesa y la literatura Española, da Correspondência de Espanha”. *VP*, n. 36, abr. de 1915, p. 124; tradução minha.

74 Machado, 2014, pp. 65-72.

dedicou uma seção do *Mercure de France – Lettres Portugaises* a divulgar a obra dos intelectuais de língua portuguesa; assim, a “Renascença Portuguesa” foi a parte substancial dessa difusão para a contemporaneidade, nomeando autores e obras com conhecimento de causa: “Os promotores da ‘Renascença Portuguesa’, cujo órgão principal é a revista *A Águia* publicada no Porto, pensam que soou para Portugal a hora de reencontrar a sua alma integral, não para voltar ao passado, mas para criar uma vida nova, para dar sentido a todas as energias da Raça”.⁷⁵

Lebesgue, defensor da democracia e da República, divulgava nos seus artigos a comunhão da intelectualidade luso-brasileira e a imprensa hindu em língua portuguesa na Índia Portuguesa, informação decerto partilhada com *A Águia*, que manteve os seus leitores informados acerca de todas as vanguardas do Ocidente ao Oriente,⁷⁶ não deixando também de recordar Marcel Lami, escritor francês, que chamou a Portugal *terra de aventuras*.⁷⁷ Assim, a partir do *Mercure de France*, que tinha leitores fora da França, as ações e a obra da “Renascença Portuguesa” foram sendo divulgadas em várias revistas culturais, das quais a *Vida Portuguesa* deu um importante exemplo italiano.⁷⁸

José Xavier de Carvalho, jornalista português que vivia em Paris, fundador da “Société des Études Portugaises” em 1902 e correspondente da *Vida Portuguesa*, foi um dos que na revista francesa *Les Humbles* assinaram um artigo em número de homenagem a Phileas Lebesgue, também ele colaborador dessa revista. Não é improvável que tenha sido através dele que o contato com a “Renascença” haja acontecido. Como noticiado na *Vida Portuguesa*, esse republicano de longa data promoveu o Movimento em conferências efetuadas na Universidade Popular de Paris.⁷⁹

75 Phileas Lebesgue. “A Renascença Portuguesa no estrangeiro”. *VP*, n. 6, 16/1/1913, p. 46.

76 *Idem*. “A Renascença Portuguesa no estrangeiro”. *VP*, n. 7, 1/2/1913, pp. 51-52.

77 Lami (1865-1909), 1909.

78 “La Rinascita spirituale del Portogallo”. *Coenobium* (31/3/1913).

79 Xavier de Carvalho, s/t. *VP*, n. 20, 1/12/1913, p. 159; e n. 24, 27/3/1914, p. 30.

A EDUCAÇÃO E A EDIÇÃO EM A VIDA PORTUGUESA

A divisão em pontos apenas serve para facilitar e enquadrar o montante de informação facilitando a sua compreensão, mas, no caso do pensamento e da doutrina que aqui estudamos, é visível que esta se traduz num ponto de vista global, que pretendia integrar a totalidade da existência. Na verdade, a questão educativa enquanto missão intelectual está presente ao longo de todo o Boletim, bem como o seu cruzamento com as soluções políticas.

Amilcar de Mascarenhas⁸⁰ comentava n' *A Vida Portuguesa* o livro de Sérgio *A educação cívica*, aproveitando para, a propósito da defesa do autor da educação para a autonomia, o *self-government*, demonstrar que nos Estados Unidos esse método trouxera frutos e conduzira mesmo à moralização da política sobretudo local, o chamado *muck-racking*,⁸¹ fazendo surgir uma geração de homens de iniciativa e moralmente capazes:

A educação pelo *self-government* é uma educação naturalmente apropriada à democracia moderna [...]. O que se passou nos Estados Unidos prova que os processos preconizados pelo autor de *A educação cívica* são capazes de realizar o seu ideal de transformar o português, fósil, sentimentaleiro e parasita, num homem moderno, inteligente e trabalhador.⁸²

Mas, de fato, esse movimento de ensino, depois conhecido por Escola Nova, nasceu na Europa, na Bélgica, e foi-se espalhando dos dois lados do Atlântico.⁸³ António Sérgio esteve de 1914 a 1916 no Instituto Jean-Jacques Rousseau em Genebra, com sua esposa Luísa Sérgio, aí desempenhou fun-

80 Amilcar de Mascarenhas (1895-?), escritor.

81 Ver, a propósito, Wiebe, 1995, pp. 117-162.

82 Amilcar de Mascarenhas. "A recente transformação ético-política dos Estados Unidos". *VP*, n. 35, mar. de 1915, p. 116.

83 Alves, 2010, pp. 165-180.

ções de organização, e ambos estudaram o método.⁸⁴ Alguns dos artigos que Sérgio escreveu para *A Vida Portuguesa* nessa época vinham assinados de Genebra. Toda a sua obra sobre educação foi publicada pela “Renascença Portuguesa”. Luísa Sérgio,⁸⁵ que publicou artigos n’*A Vida Portuguesa* sobre o método Montessori, seguindo a mesma linha de ensino para crianças, viu também a obra publicada pela editora do Movimento.

Leonardo Coimbra, que tal como Sérgio (1923) chegará a ser ministro da Educação por curto período por duas vezes (1919 e 1923), publicou um artigo no Boletim onde explicava, na contracorrente do cientismo e de algum positivismo, a importância do ensino teórico para dar sentido e orientação ao ensino prático.⁸⁶

Mas a maior concretização da “Renascença” em termos educativos foram as universidades populares, que conseguiram mobilizar gente suficiente para que fossem abertos quatro polos: No Porto, em Coimbra, na Póvoa do Varzim e em Vila Real. Jaime Cortesão, ao longo de nove artigos subordinados ao tema, apresentou o histórico dessas universidades pela Europa, circunscrevendo os casos da Universidade Livre de Bruxelas, criada em independência do poder político e religioso, da Universidade Popular de Paris, criada por um tipógrafo,⁸⁷ e o caso português centrado na Universidade Popular do Porto,⁸⁸ da iniciativa de um movimento intelectual. A diferença do caso português passava, também, pela necessidade de comportar um público mais alargado, já que a fraca qualidade do ensino português tornava premente o alargamento do ensino popular às classes médias.⁸⁹ Aliás, Cortesão considerava que esta era uma das características das universida-

84 Nóvoa & Hameline, 1990, pp. 141-177.

85 Luísa Sérgio (1880-1960), pedagoga.

86 Leonardo Coimbra. “O problema educativo”. *VP*, n. 3, 30/11/1912, p. 18.

87 Jaime Cortesão. “Universidades livres, extensões universitárias, universidades populares”. *VP*, n. 4, 15/12/1912, pp. 25-26; e n. 5, 31/12/1912, pp. 33-34.

88 *Idem*. “A Universidade Popular do Porto”. *VP*, n. 6, 16/1/1913, pp. 41-42.

89 *Idem*. “As classes médias e a nossa Universidade Popular do Porto”. *VP*, n. 8, 18/2/1913, pp. 58-59.

des populares, isto é, a constante capacidade de adaptação ao público que a elas ocorria.

Nesse sentido, lamentava-se na reunião de abertura da Universidade Popular do Porto,⁹⁰ em 1913, o fato de muito poucos operários acorrerem aos cursos e conferências, perdendo assim uma oportunidade de melhorar a sua compreensão do mundo e poder contribuir para o avanço do país. A falta de tempo era a causa apontada pelos operários presentes nas iniciativas,⁹¹ mas Álvaro Pinto, numa de suas crônicas para *A Vida Portuguesa* sobre o tema, reconhecia a necessidade de mobilizar a classe operária e trabalhadora procurando causas comuns, e lembrava que a antiga Universidade Livre do Porto tinha tido grande afluência de operários, devido à causa republicana comum, a derrubada da Monarquia.⁹²

A mensagem de Cortesão procurava essa medida, mas explicava que povo em Portugal devia ser entendido num sentido alargado:

Temos de entender por Povo todos os portugueses a qualquer classe a que pertençam, tenham estes frequentado seja que curso for, e considerar esse Povo, todo o Portugal falho de educação [...]. Mas ambos o Povo inculto e o falsamente culto sofrem do mesmo grande defeito [...]. Quer uns, quer outros, desconhecem o conceito moderno de patriotismo – o patriotismo humanitário, que ensimesmando o indivíduo nas qualidades raciais, lhe valoriza não só a individualidade para a obra patriótica como também para a obra da Humanidade, que a primeira deve implicar.⁹³

Mais do que o conhecimento científico, era a educação cívica para a autonomia e a capacidade de escolha democrática para o maior número possível que se procurava conseguir: “É esse de resto o problema que exige

90 “A reabertura da Universidade Popular do Porto”. *A Montanha* de 29/10/1913. *VP*, n. 19, 1/11/1913, p. 147.

91 *Idem*, pp. 147-148.

92 Álvaro Pinto. “Crônica”. *VP*, n. 19, 1/11/1913, p. 146.

93 Jaime Cortesão. “As universidades populares, sua missão e necessidade em Portugal”. *VP*, n. 3, 30/11/1912, p. 19.

mais pronta resolução, para que a Democracia não deixe de ser uma palavra vã, pois não se compreende o exercício dos direitos da liberdade, sem a compreensão deles”⁹⁴

Para cumprir alguns dos objetivos propostos, juntar a intelectualidade dispersa numa obra comum, apoiar e divulgar essa obra, educar o povo para a cultura, tornava-se incontornável a existência de uma política de edição capaz de dar resposta. Foi assim que a “Renascença”, em 1914, adquiriu um edifício no centro do Porto junto à Praça da República, onde passaram a funcionar os escritórios, as aulas da Universidade Popular, as redações das revistas e uma moderna tipografia,⁹⁵ e mais tarde uma livraria e galeria de exposições. Várias coleções começaram a ser editadas pelo Movimento, das quais o Boletim foi dando notícia. Centenas delas foram publicadas ao longo da duração do Movimento. A primeira foi a “Biblioteca da Renascença”, que publicou vários autores contemporâneos, portugueses, espanhóis e brasileiros. Seguiu-se a “Biblioteca Lusitana”,⁹⁶ dirigida por Jaime Cortesão e Alfredo Coelho Magalhães, e pouco depois a “Biblioteca Infantil e Popular”,⁹⁷ sob a direção de José Teixeira Rego, e finalmente a “Biblioteca de Educação”,⁹⁸ pensada por António Sérgio. Todas as coleções publicaram na *Vida Portuguesa* o programa, os objetivos e as publicações que iam saindo.

Na verdade, foi um esforço hercúleo, que provocou algumas controvérsias, de que destacamos aquela com a editora mais conhecida na época, a Livraria e Editora Chardron, adquirida pelos irmãos Lello. Como instituição de interesse público devido às universidades populares, a “Renascença” pediu que, à semelhança das Universidades Livres e de outras instituições congêneres, deixasse de pagar franquias nos correios. O pedido teve a opo-

94 *Idem*. “A Universidade Popular do Porto e o problema da instrução primária”. *VP*, n. 21, 15/1/1914, p. 1.

95 “Renascença Portuguesa, os seus progressos e a sua obra”. *VP*, n. 27, jul. de 1914, pp. 51-53.

96 “Biblioteca Lusitana”. *VP*, n. 23, 1/3/1914, pp. 17-18.

97 “Biblioteca infantil e popular”. *VP*, n. 26, jun. de 1914, pp. 44-45.

98 “Biblioteca de Educação”. *VP*, n. 29, set. de 1914, p. 70.

sição de António Lello, vereador da Câmara do Porto, por considerar que a editora Renascença Portuguesa era igual a qualquer estabelecimento comercial.⁹⁹ Álvaro Pinto defendeu o Movimento apresentando a obra e comentando que um dos objetivos da edição dos autores contemporâneos portugueses era, precisamente, oferecer-lhes uma alternativa válida ao mercado livreiro comercial.¹⁰⁰

CONCLUSÃO

Em março de 1915, Álvaro Pinto publicou n’*A Vida Portuguesa* um balanço dos três anos de existência, demonstrando que o programa proposto não só fora conseguido, mas até ultrapassado: “Parecem três dias – porque as lutas combatidas, os trabalhos indefessos só nos têm deixado a infinita sensação duma peleja que se vence. São, na realidade, três anos – porque a obra realizada assim o representa, mais até do que nós próprios teríamos suposto”.¹⁰¹

Muito pelo esforço do secretário e administrador de *A Vida Portuguesa* foi conseguido ao longo desse triênio que aqui tratamos, um feito sem precedentes em Portugal, a edição permanente de obras literárias, estudos, antologias, ensaios, e obras científicas, através da ação de uma sociedade de intelectuais, cuja principal motivação era mudar o país para melhor.

Esse triênio correspondeu, ainda, ao período mais dinâmico da “Renascença Portuguesa”. Toda a produção que se traduziu em conferências, publicações, universidades populares, e sobretudo na edição de livros, sem esquecer o intercâmbio intelectual com países europeus e principalmente com o Brasil, correspondia a uma prática generalizada nos dois lados do Atlântico entre grupos intelectuais. Esses grupos juntavam-se e organizavam-se de várias formas em torno de ideias e doutrinas políticas e culturais,

99 “A maldade e a inveja”. *VP*, n. 24, 27/3/1914, pp. 28-29.

100 Álvaro Pinto. “A obra da Renascença Portuguesa”. *VP*, n. 35, mar. de 1915, pp. 113-115.

101 *Idem*, p. 113.

quer a partir de publicações periódicas que depois se constituíam em editoras, quer a partir de editoras que criavam as suas revistas.

António Sérgio, anos mais tarde, quando idealizava um movimento capaz de intervir beneficentemente no país, sugeria como inspiração os dois movimentos a que estivera ligado, considerando que se completavam e por isso dariam, em ambiente democrático, a associação ideal: “Se nova empresa que editasse o periódico alargasse o âmbito das suas atividades até a extensão da Renascença, poderiam reunir-se as virtudes características da Renascença Portuguesa e da Seara Nova. Já não estou em idade de poder ver esse milagre; mas seria para o País um grande bem”.¹⁰²

Jaime Cortesão, o diretor de *A Vida Portuguesa*, representou o caminho do meio. Foi pela via da compreensão histórica que entendeu a possibilidade de equilíbrio dos diversos graus de ligação individual e coletiva, de forma harmoniosa e concretizável, enquanto construção de liberdade e democracia: “Notem que não dizemos história das civilizações, mas sim da civilização, supondo que a Humanidade se pode encaminhar para um mesmo ideal de perfeição”.¹⁰³

A Vida Portuguesa procurou funcionar como o espelho propedêutico da “Renascença Portuguesa”. Ao abrir e divulgar, através do Boletim, uma prática de debate e convívio democráticos, de transparência financeira, de trabalho produtivo e bem administrado, estava a cumprir o seu papel de agente cultural e político a serviço da sociedade pretendida com a instauração da República: “Não é a excelência dos governos que faz a grandeza dos grandes povos nestes tempos democráticos, senão que os povos bem-educados fazem a própria felicidade, e a excelência dos seus governos: tal é, meus senhores, o fundamento do nosso grêmio”.¹⁰⁴

102 António Sérgio. “Sobre as correntes inclusas na Renascença Portuguesa”. In: Jaime Cortesão. *Raul Proença: Catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário (1884-1984)*, 1985, p. 57.

103 Jaime Cortesão. “A Universidade Popular do Porto e a Renascença Portuguesa”. *VP*, n. 10, 16/3/1913, p. 74.

104 António Sérgio. “O problema da cultura”. *VP*, n. 23, 1/2/1914, p. 22.